

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2019



Energisa
Comercializadora

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Energisa Comercializadora” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do quarto trimestre de 2019 (“4T19”) e dos doze meses de 2019 (12M19), acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelos sócios quotistas em 12 de março de 2020.

A empresa, criada em outubro de 2005, atua na área de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, negociando energia e prestando serviços tanto para os projetos próprios do Grupo Energisa, quanto para projetos de terceiros. A empresa também atua como braço de apoio comercial do Grupo Energisa na área de geração de energia.

ECO faturou cerca de 530 MW médios em 2019, 1,7% a menos do que o verificado em 2018. Em contrapartida, o aumento do giro a partir de outubro e o fechamento de contratos de compra de longo prazo a preços defensivos contribuíram para uma melhora significativa na marcação a mercado do portfólio, aumentando a expectativa de ganhos futuros para a Unidade de Negócio.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Vendas a consumidores livres (ECO)	1.298	1.202	7,9%	4.672	4.751	-1,7%

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	20.173	34.564
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	9.383	5.147
Clientes	5	115.706	105.331
Tributos a recuperar	6	3.634	2.059
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	86.111	-
Outros créditos	7	12.573	654
Total do circulante		247.580	147.755
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	5.663	5.508
Tributos a recuperar	6	1.274	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	253.760	17.029
		260.697	22.537
Imobilizado	10	190	200
Intangível	11	378	3
Total do não circulante		261.265	22.740
Total do ativo		508.845	170.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	99.933	85.924
Encargos de dívidas	13	69	18
Empréstimos e financiamentos	13	42.481	-
Distribuição de lucros - quotistas	17.3	9.025	4.471
Impostos e contribuições sociais	15	2.765	3.009
Obrigações estimadas		310	371
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	56.008	760
Benefícios pós-emprego	25	57	63
Adiantamentos recebidos de clientes	4.2	1.108	1.276
Arrendamentos operacionais	14	6	-
Outras contas a pagar		1.835	1.792
Total do circulante		213.597	97.684
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	24.190	40.973
Adiantamentos recebidos de clientes	4.2	11.319	7.178
Impostos e contribuições sociais	15	22	12
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	22.394	3.614
Benefícios pós-emprego	25	115	228
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	204.799	2.293
Arrendamentos operacionais	14	58	-
Outras contas a pagar		79	37
Total do não circulante		262.976	54.335
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	5.119	5.119
Reservas de capital	17.2	54	40
Reserva especial de dividendos	17.3	27.075	-
Dividendos adicionais propostos	17.4	-	13.412
Outros resultados abrangentes	17.5	24	(95)
Total do patrimônio líquido		32.272	18.476
Total do passivo e patrimônio líquido		508.845	170.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	18	819.814	935.839
Custo com energia elétrica vendida	19	(819.604)	(911.003)
Custo de operação e do serviço prestado a terceiros elétrica vendida	19	(34)	(17)
Lucro bruto		176	24.819
Despesas com vendas	19	(354)	(397)
Despesas gerais e administrativas	19	(8.175)	(7.124)
Outras receitas	20	64.514	13.003
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		56.161	30.301
Receitas financeiras	21	3.000	4.005
Despesas financeiras	21	(4.342)	(7.071)
Despesas financeiras líquidas		(1.342)	(3.066)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		54.819	27.235
Imposto de renda e contribuição social corrente	8	24	(4.856)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(18.743)	(4.496)
Lucro líquido do exercício		36.100	17.883
Lucro líquido básico por quota - R\$	22	7,05	3,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

**ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Lucro líquido do exercício	17.3	36.100	17.883
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	17.5	119	(97)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		36.219	17.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		36.100	17.883
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	8	18.719	9.352
Despesas com juros, variações monetárias - líquidas		2.493	7.329
Depreciação e amortização	19	44	35
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	19	351	(13.003)
Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia	20	(64.514)	143
Marcação a mercado da dívida	21	(443)	205
Marcação a mercado de derivativos	21	443	(194)
Instrumentos financeiros derivativos	24	(436)	(5.587)
Pagamento baseado em ações	9	14	40
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de clientes		(10.726)	(3.749)
Diminuição de impostos a recuperar	6	(2.849)	819
(Aumento) diminuição de outros créditos	7	(11.919)	13.148
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		14.009	11.224
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais		1.798	(11.581)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.033)	(3.810)
(Diminuição) Aumento de obrigações estimadas		(61)	(1.435)
Aumento de adiantamento de clientes		3.973	3.155
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(17.736)	(15.286)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(32.773)	8.688
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(3.138)	20.671
Aplicações no imobilizado e intangível	10 e 11	(343)	(31)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		(3.481)	20.640
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	13	25.000	40.000
Pagamentos de empréstimos - principal		-	(38.876)
Pagamentos de empréstimos - juros		(2.549)	(3.188)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(581)	(7.944)
Pagamento arrendamento mercantil		(7)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		21.863	(10.008)
Variação líquida do caixa		(14.391)	19.320
Caixa e equivalentes de caixa iniciais		34.564	15.244
Caixa e equivalentes de caixa finais		20.173	34.564
Variação líquida do caixa		(14.391)	19.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Geração do valor adicionado:			
Receitas de revenda de energia elétrica	18	903.085	1.031.184
Outras receitas	20	64.528	13.003
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	19	(351)	(143)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida	19	902.021	1.002.005
Materiais e serviços de terceiros	19	2.637	2.465
Outros custos operacionais		626	698
		905.284	1.005.168
Valor adicionado bruto		61.978	38.876
Depreciação e Amortização	19	44	35
Valor adicionado recebido em transferência		61.934	38.841
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		3.146	4.113
Valor adicionado total a distribuir		65.080	42.954
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		3.516	2.857
Benefícios		524	499
FGTS		253	211
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		20.064	13.989
Estaduais		224	382
Municipais		55	56
Remuneração de capital de terceiros			
Juros		4.342	7.071
Aluguéis		2	6
Remuneração de capitais próprios			
Lucros distribuídos	17.4	9.025	4.471
Lucros distribuídos adicionais propostos	17.4	27.075	13.412
		65.080	42.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Distribuição adicional de lucros propostos aos quotistas	Reserva especial de distribuição de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de dezembro de 2018		5.119	-	12.710	-	-	2	17.831
Distribuição de lucros, pagos conf. ata de reunião dos sócios quotistas realizada e 30 de abril de 2018		-	-	(12.710)	-	-	-	(12.710)
Programa de remuneração variável (ILP)	17.2	-	40	-	-	-	-	40
Lucro líquido do exercício	17.4	-	-	-	-	17.883	-	17.883
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Distribuição de lucros	17.4	-	-	-	-	(4.471)	-	(4.471)
Distribuição de lucros adicionais propostos	17.4	-	-	13.412	-	(13.412)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	17.5	-	-	-	-	-	(147)	(147)
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	17.5	-	-	-	-	-	50	50
Saldos em 31 de dezembro de 2018		5.119	40	13.412	-	-	(95)	18.476
Distribuição de lucros, pagos conforme ata de reunião da administração realizada em 28 de março de 2019.		-	-	(13.412)	-	-	-	(13.412)
Programa de remuneração variável (ILP)	17.2	-	14	-	-	-	-	14
Lucro líquido do exercício	17.4	-	-	-	-	36.100	-	36.100
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Distribuição de lucros	17.4	-	-	-	-	(9.025)	-	(9.025)
Reserva especial de distribuição de lucros	17.3	-	-	-	27.075	(27.075)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos								
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	17.5	-	-	-	-	-	181	181
Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	17.5	-	-	-	-	-	(62)	(62)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.119	54	-	27.075	-	24	32.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2019						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2019			2018		
Receita líquida (RL)	819.814			935.839		
Resultado operacional (RO)	54.819			27.235		
Folha de pagamento bruta (FPB)	4.145			3.472		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	202	4,87%	0,02%	191	5,50%	0,02%
Encargos sociais compulsórios	859	20,72%	0,10%	786	22,64%	0,08%
Previdência privada	116	2,80%	0,01%	149	4,29%	0,02%
Saúde	217	5,24%	0,03%	228	6,57%	0,02%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	7	0,17%	0,00%	11	0,32%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	11	0,27%	0,00%	11	0,32%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	51	1,23%	0,01%	32	0,92%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	835	20,14%	0,10%	387	11,15%	0,04%
Outros	55	1,33%	0,01%	44	1,27%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	2.353	56,77%	0,28%	1.839	52,98%	0,18%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4	0,01%	0,00%	46	0,17%	0,00%
Cultura	503	0,92%	0,06%	447	1,64%	0,05%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	18	0,03%	0,00%	74	0,27%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	525	0,96%	0,06%	567	2,08%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)	19.484	35,54%	2,38%	13.641	50,09%	1,45%
Total - Indicadores sociais externos	20.009	36,50%	2,44%	14.208	52,17%	1,51%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2019			2018		
Nº de empregados(as) ao final do período	20			17		
Nº de admissões durante o período	10			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	0			2		
Nº de estagiários(as)	4			3		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13			12		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	40,00%			50,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	20,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2019			Metas 2020		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	52,73			16,34		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) segue as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa -	no Procon -	na Justiça -	na empresa -	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2019:	65.080		Em 2018:	42.954	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31% governo 7% colaboradores(as) 14% acionistas 7% terceiros 41% retido			34% governo 8% colaboradores(as) 42% acionistas 16% terceiros 0% retido		
7 - Outras Informações	2019			2018		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União						
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária						
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)						
7.2 - Programa de eficiência Energética						
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento						
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)						

Notas Explicativas

Energisa Comercializadora de Energia Ltda.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Comercializadora de Energia Ltda., (“Empresa” ou “Comercializadora”) empresa integrante do **GRUPO ENERGISA**. A sociedade tem por objetivo a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica. A Empresa possui sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2020.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa 5 - Clientes e Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa 8 - Créditos tributários;
- III. Nota explicativa 10 - Imobilizado;
- IV. Nota explicativa 11 - Intangível;

- V. Nota explicativa 14 - Arrendamentos operacionais
- VI. Nota explicativa 16 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;
- VII. Nota explicativa 19 - Custo de energia elétrica comprada para revenda;
- VIII. Nota explicativa 20 - Outras receitas operacionais
- IX. Nota explicativa 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa 25 - Benefícios-pós emprego.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1. Principais mudanças nas políticas contábeis

3.1.1. CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil//IFRS 16-Leases:

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). O arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Empresa atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para instalação de suas bases operacionais.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização anterior de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuaram a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A adoção do CPC 06 (R2) não afetou a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 13.

Os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) estão como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2019	Ativo	Passivo
Intangível - Direito de uso - imóveis	57	-
Arrendamentos operacionais	-	57

Em 31 de dezembro de 2019 os efeitos do CPC 06 (R2) estão apresentados a seguir:

Balanço patrimonial	Saldos 2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldos sem efeitos em 2019
Ativo			
Ativo circulante	179.497	-	179.497
Ativo não circulante	84.324	-	84.324
Imobilizado	190	-	190
Intangível	378	(61)	317
Direito de uso - imóveis	61	(61)	-
Ativo Total	264.389	(61)	264.328
Passivo			
Passivo circulante	173.589	(5)	173.584
Arrendamentos operacionais	6	(6)	-
Impostos e contribuições sociais	2.765	1	2.766
Passivo não circulante	58.528	(58)	58.470
Arrendamentos operacionais	58	(58)	-
Patrimônio Líquido	32.272	2	32.274
Total	264.389	(61)	264.328

Demonstração do resultado	Saldos em 2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldos sem efeitos em 2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	819.814	-	819.814
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(819.638)	(2)	(819.640)
Amortização e depreciação	(44)	5	(39)
Outras	(632)	(7)	(639)
Resultado bruto	176	(2)	174
Despesas/Receitas operacionais	55.985	-	55.985
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	56.161	(2)	56.159
Resultado financeiro	(1.342)	5	(1.337)
Outras despesas financeiras	(377)	5	(372)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	54.819	3	54.822
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(18.719)	(1)	(18.720)
Lucro líquido do exercício	36.100	2	36.102

3.1.2. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, o qual esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação determina que a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados.

A Administração da Companhia conduziu as análises dos tratamentos fiscais utilizando-se das orientações de consultores e assessores jurídicos externos, a fim de avaliar se a posição adotada é a mais adequada e se há eventuais incertezas envolvendo a contabilização de tributos sobre o lucro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificados impactos relevantes na adoção desta interpretação.

3.2. Principais práticas contábeis

a) **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b) Instrumentos financeiros

1) Instrumentos financeiros

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Empresa avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem

origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um

termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2019, compreendem empréstimos e financiamentos, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de “*hedge*” em um “*hedge*” efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - A mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de “*hedge*” nas relações de “*hedge*” definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de “*hedge*” eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Empresa, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

2) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “*hedge*”

A Empresa designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo. No início da relação de “*hedge*”, a Empresa documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, a Empresa e documenta se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”. A nota explicativa nº 23, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “*hedge*”.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de “*hedge*”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “*hedge*” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “*hedge*” e como determinar o índice de “*hedge*”). Um relacionamento de “*hedge*” se qualifica para contabilidade de “*hedge*” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “*hedge*” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “*hedge*” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “*hedges*” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “*hedge*” são registrados conforme descrito abaixo:

“*Hedges*” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de “*hedge*” é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “*hedge*” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para “*hedges*” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “*hedge*” for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado

- c) **Clientes** - inclui a venda de energia elétrica a consumidores livres, que estão suportados por contratos de compra e venda e os montantes não faturados até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d) Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº 9);

- e) Intangível** - os ativos intangíveis compreendem os gastos incorridos na aquisição de softwares, cuja amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos e direito de uso CPC 06 (R2). A amortização de softwares está sendo realizada à taxa de 20% a.a (nota explicativa nº 10);
- f) Redução a valor recuperável -**

Ativo não financeiro:

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

(i) **Receitas** - As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Empresa neste mercado;

(ii) **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a

dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Empresa, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

- (iii) **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Empresa, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Empresa.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Empresa não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2019 e 2018, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- g) **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração e transmissão o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- h) **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- i) **Derivativos** - a Empresa detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 23;
- j) **Operações de compra e venda de energia** - a Empresa tem como atividade principal a compra e venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL), além disso, trabalha com a representação e gestão de consumidores livres de energia. Desta forma, assume compromissos de contratos bilaterais de curto e longo prazo que compõe seu portfólio. Em decorrência das operações descasadas, a controlada assume posições de sobras ou déficits de energia, que são mensuradas a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos destas carteiras com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de riscos. A finalidade é gerar lucro por flutuações de preço no curto prazo ou ganho com margem em operações de longo prazo. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos diferir do preço da transação, um ganho ou perda será reconhecido. A Empresa não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício;
- k) **Benefícios pós-emprego** - A Empresa possui plano de contribuição definida a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões na modalidade CD, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

A obrigação líquida da Empresa quanto aos planos de contribuição definida a realização do cálculo é efetuada anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido; e

- l) **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificado de Depósitos Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 equivale a 102,5% do CDI (102,50% do CDI em 2018).

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	845	479
Aplicações financeiras de liquidez imediata	19.328	34.085
Compromissada ⁽¹⁾	19.328	34.085
Total caixa e equivalentes de caixa	20.173	34.564

- ⁽¹⁾ Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas a 102,5% do CDI.

4.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 equivale a 98,1% do CDI (100,20% do CDI em 2018).

	2019	2018
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	15.046	10.655
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	12.427	8.454
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.619	-
Fundo de Investimento Exclusivos ⁽²⁾	-	2.201
Títulos Públicos	-	1.405
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	488
Letra Financeira (LF)	-	146
Letra Financeira Subordinada (LTN)	-	47
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	-	115
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽³⁾	15.046	10.655
Circulante	9.383	5.147
Não circulante	5.663	5.508

- ⁽¹⁾ Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados as garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% (99,0% a 100,0% em 2018) e média ponderada 98,1% (99,9% em 2018) do CDI.

- (2) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em Títulos Públicos, LFT, LF, LTN e NTN-B são remuneradas 101,5% do CDI Fundo FI Energisa e 101,3% do CDI Fundo Zona da Mata em 2018.
- (3) Inclui R\$12.427 (R\$8.454 em 2018) referente a recursos vinculados a garantias comerciais, cuja contrapartida encontra-se registrada na rubrica de adiantamento de clientes no passivo circulante e não circulante.

5. Clientes

	2019	2018
Clientes - Mercado Livre	97.900	89.681
Suprimento Energia ⁽¹⁾	19.945	17.538
Clientes - Prestação de Serviço	771	671
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	(2.910)	(2.559)
Total - circulante	115.706	105.331

(1) O saldo de suprimento de energia - moeda nacional em 31 de dezembro de 2019, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$19.945 (R\$17.538 em 2018), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2019. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores”, no passivo circulante de R\$4.016 (R\$3.996 em 2018), referente à aquisição de energia elétrica conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2019	2018
Créditos a vencer	19.945	17.538
Subtotal créditos CCEE	19.945	17.538
(-) Aquisições de energia na CCEE	(4.016)	(3.996)
Total créditos CCEE	15.929	13.542

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2019	2018
A vencer	114.396	104.676
Vencidos até 30 dias	1.052	46
Vencidos entre 31 a 90 dias	1	24
Vencidos entre 181 e 360 dias	1	585
Vencidos acima de 360 dias	2.432	2.559
Total - circulante	117.882	107.890

As contas a receber são garantidas por instrumentos de fiança e seus vencimentos são em média no oitavo dia útil após o faturamento.

A provisão está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração, para cobrir as perdas esperadas na realização de créditos, cuja recuperação é considerada improvável, considerando:

- Análise criteriosa efetuada pela Administração do saldo a receber considerados de difícil recebimento, considerando a experiência da administração em relação às perdas efetivas com os clientes, a existência de garantias reais, a renegociação do débito e à situação do devedor, se em concordata e/ou falência.
- Clientes com faturas vencidas acima de 360 dias.

	2019	2018
Saldo inicial - circulante - 2018 e 2017	2.559	2.416
Provisões constituídas no exercício	351	143
Saldo final - circulante - 2019 e 2018	2.910	2.559
Alocação:		
Contas a receber	2.910	2.559

6. Tributos a recuperar

	2019	2018
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL	1.042	496
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.886	1.190
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	162	141
Contribuição ao PIS e a COFINS	719	133
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	78	78
Outros	21	21
Total	4.908	2.059
Circulante	3.634	2.059
Não Circulante	1.274	-

Referem-se a créditos tributários e/ou recolhimentos de impostos a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Outros créditos

	2019	2018
Adiantamento a fornecedores de energia	11.575	28
Adiantamento a empregados	95	75
Outros	903	553
Total - Circulante	12.573	656

8. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2019	2018
Ativo		
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	2.498	-
Contribuição social sobre base negativa	923	-
Ativo - Diferenças temporárias		
Imposto de Renda	785	837
Contribuição Social s/ o Lucro Líquido	282	301
Total - não circulante	4.488	1.138
Passivo - Diferenças temporárias		
Imposto de Renda	(19.766)	(3.494)
Contribuição Social s/o Lucro Líquido	(7.116)	(1.258)
Total - não circulante	(26.882)	(4.752)
Total Líquido - Passivo não circulante	(22.394)	(3.614)

	2019		2018	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Prejuízos fiscais	9.990	2.498	-	-
Base negativa da CSLL	10.255	923	-	-
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	2.910	989	2.559	870
Marcação a mercado da dívida	3	1	446	152
Provisão de ajuste atuarial	172	58	291	99
Outras adições temporárias	54	19	52	18
Marcação a mercado - derivativo	(79.064)	(26.882)	(13.976)	(4.753)
Total Passivo não circulante	(55.680)	(22.394)	(10.628)	(3.614)

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2019	2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	54.819	27.235
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinados	(18.638)	(9.260)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis	(49)	(145)
Outras exclusões	(32)	53
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(18.719)	(9.352)
Alíquota efetiva	(34,15%)	(34,34%)

9. Transações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), atual denominação social da Centrais Elétricas de Rondônia S/A, Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), atual denominação social da Companhia de Eletricidade do Acre, Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício, Parque Eólico Sobradinho, além das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., e Energisa Participações Minoritárias, que conferiram à Energisa S/A o controle indireto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A e da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), QMRA Participações S/A e a Energisa Participações Minoritárias S/A.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Empresa:

	Compra de energia	Serviços	Fornecedores a
Energisa S/A ⁽¹⁾	-	814	128
Energisa Geração - Usina Maurício S/A	314	-	30
2019	314	814	158
2018		761	178

⁽¹⁾ Os serviços contratados junto à Controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

Remuneração dos administradores:

	2019	2018
Remuneração Anual ⁽¹⁾	2.187	2.076
Remuneração da Diretoria	694	1.224
Outros Benefícios ⁽²⁾	241	385

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2019 foi aprovado em reunião de sócios realizada em 26 de abril de 2019.

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2019, foram de R\$48 e R\$15 (R\$45 e R\$14 em 2018) respectivamente. A remuneração média em 2019 foi de R\$31 (R\$30 em 2018).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Empresa ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; e (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Empresa a ser pago em Units da Controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Empresa. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e o regulamento foi aprovado em reunião do Conselho da Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Empresa possui um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite previsto de até 6.438 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 2.010 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2019. A quantidade de ações com direito prescrito no exercício foram de 3.899 a um preço médio de R\$ 27,65.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia e suas controladas apuram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas ⁽¹⁾	6.438	2.010
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ⁽²⁾	8,2%	7,7%
Volatilidade ⁽³⁾	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,65	R\$31,82

⁽¹⁾ Inclui redução de 3.899, referente prescrição de opções de ações outorgadas.

⁽²⁾ Para 1º programa taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para 2º programa taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

- (3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Empresa, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos R\$14 (R\$40 em 2018) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$54 (R\$40 em 2018).

10. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2018	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 2019
EM SERVIÇO						
Máquinas e equipamentos	14,80%	99	-	32	-	131
Veículos	14,29%	125	-	-	-	125
Móveis e utensílios	6,25%	29	-	-	-	29
Total em Serviço		253	-	32	-	285
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(32)	-	-	(18)	(50)
Veículos		(46)	-	-	(18)	(64)
Móveis e utensílios		(6)	-	-	(2)	(8)
Total Depreciação		(84)	-	-	(38)	(122)
Subtotal Imobilizado		169	-	32	(38)	163
EM CURSO		31	28	(32)	-	27
Total		200	28	-	(38)	190

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2017	Adição	Depreciação	Saldos 2018
EM SERVIÇO					
Máquinas e equipamentos	14,20%	99	-	-	99
Veículos	14,29%	125	-	-	125
Móveis e utensílios	6,25%	29	-	-	29
Total em Serviço		253	-	-	253
Depreciação					
Máquinas e equipamentos		(18)	-	(14)	(32)
Veículos		(28)	-	(18)	(46)
Móveis e utensílios		(4)	-	(2)	(6)
Total Depreciação		(50)	-	(34)	(84)
Subtotal Imobilizado		203	-	(34)	169
EM CURSO		-	31	-	31
Total		203	31	(34)	200

11. Intangível

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Amortização ⁽¹⁾	Saldo 2019
Em Serviço						
Software	20%	164	-	-	-	164
Amortização Acumulada		(161)	-	-	(1)	(162)
Em Curso		-	-	315	-	315
Subtotal		3	-	315	(1)	317
Direito de Uso - Imóveis ⁽²⁾						
Custo		-	57	9	-	66
Amortização Acumulada		-	-	-	(5)	(5)
Subtotal		-	57	9	(5)	61
Total		3	57	324	(6)	378

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2017	Amortização	Saldos 2018
Em Serviço	20%			
Software		164	-	164
Amortização Acumulada		(160)	(1)	(161)
Subtotal		4	(1)	3
Em Curso		-	-	-
Total		4	(1)	3

(1) Do total de amortização/depreciação de R\$6, R\$5 refere-se à amortização do direito de uso referente a adoção do CPC 06 (R2) a partir de 01 de janeiro de 2019.

(2) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

12. Fornecedores

	2019	2018
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	95.790	81.720
CCEE	4.016	3.996
Fornecedores - Materiais e Serviços	127	208
Total - circulante	99.933	85.924

(1) Refere-se a aquisições de energia elétrica comercializada a consumidores livres. O prazo médio de liquidação desses passivos é de 25 dias. Esses compromissos estão garantidos por cartas de fiança.

13. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2018	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2019
Mensurados ao valor justo						-
Moeda Estrangeira						-
Dólar	40.545	25.000	(2.549)	3.741	-	66.737
Marcação a mercado	446	-	-	-	(443)	3
Total ao valor justo	40.991	25.000	(2.549)	3.741	(443)	66.740
Circulante	18					42.550
Não circulante	40.973					24.190

	Saldos em 2017	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2018
Mensurados ao valor justo							-
Moeda Estrangeira							-
Dólar	33.861	40.000	(38.876)	(3.188)	8.748	-	40.545
Marcação a mercado	241	-	-	-	-	205	446
Total ao valor justo	34.102	40.000	(38.876)	(3.188)	8.748	205	40.991
Circulante	34.102						18
Não circulante	-						40.973

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2019	2018					
Energisa Comercializadora							
SANTANDER - 4131 ^(1 e 2)	42.208	40.545	4,5883% a.a. (Pré)	jun/20	Final	8,61%	A
BBM Loan - 4131 ⁽²⁾	24.529	-	Libor + 0,56% a.a.	set/22	Final	6,91%	A
Marcação à Mercado de Dívida ⁽³⁾	3	446	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	66.740	40.991					
Total Energisa Comercializadora	66.740	40.991					

(*) A= Aval Energisa.

(1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos períodos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos exercício encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

(2) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(3) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

O indicador utilizado para a atualização de empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2019	2018
US\$ x R\$	4,02%	17,13%
Libor	2,33%	2,34%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2022	24.190
Total	24.190

A Empresa tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

14. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldo em 2019
Imóveis	7	8,89	57	9	(7)	5	64
Total							64
Circulante							6
Não circulante							58

Em 31 de dezembro de 2019, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2019
2021	6
2022	5
2023	5
2024	5
Após 2024	37
Total	58

15. Impostos e contribuições sociais

	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS ⁽¹⁾	2.546	2.768
Encargos Sociais	140	96
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	88
Imposto Sobre Serviços - ISS	6	-
Imposto de Renda Retido na Fonte a recolher - IRRF	85	49
Outros	10	20
Total	2.787	3.021
Circulante	2.765	3.009
Não circulante	22	12

⁽¹⁾ Refere-se a ICMS próprio sobre comercialização de energia a consumidores livres sediados no Estado do Rio de Janeiro e ICMS ST (substituição tributária) cobrado dos consumidores livres estabelecidos em outras UF's, a ser recolhido pela Empresa para os Estados onde se localizam os estabelecimentos dos clientes, conforme legislação.

16. Provisões possíveis para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista e fiscais.

Perdas Possíveis:

A Empresa possui processos de naturezas cíveis e fiscais, em andamento cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível pela Administração e pelos consultores jurídicos e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	Cíveis	Fiscais	2019	2018
Saldo inicial - 2018 2017	3.419	503	3.922	3.751
Atualização Monetária	97	31	128	171
Saldos finais -2019 e 2018	3.516	534	4.050	3.922

O processo cível discute indenização por danos morais e o processo fiscal sobre ICMS relativo a operações realizadas com energia elétrica sujeitas ao regime normal de tributação.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$5.119 (R\$5.119 em 2018) e está representado por 5.119.000 (5.119.000 em 2018) quotas com valor nominal de R\$1,00.

17.2. Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$14 (R\$40 em 2018) refere-se ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), vide nota explicativa nº 8.

17.3. Reserva Especial de distribuição de lucros

A parcela destinada a reserva especial de distribuição de lucros propostos do lucro líquido ajustado, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$27.075 serão destinados a reversa especial de acordo com os termos do Art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Empresa permitir.

17.4. Distribuição dos lucros

O contrato social da Empresa prevê que a destinação do resultado do exercício seguirá as normas da lei das sociedades por ação.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	36.100	17.883
Lucro líquido ajustado	36.100	17.883
Distribuição obrigatória de lucros 25%	(9.025)	(4.471)
Distribuição de lucros adicionais propostos R\$2,62004298 em 2018 por quota	-	(13.412)
Reserva especial de distribuição de lucro R\$5,28911897 por quota	(27.075)	-
Total dos lucros distribuídos	36.100	(17.883)
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

17.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2019	2018
Saldo inicial - 2018 e 2017	(95)	2
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	139	(147)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(20)	50)
Saldo final - 2019 e 2018	24	(95)

18. Receita Operacional Líquida

	2019	2018
Venda de energia elétrica - Mercado Livre	892.358	1.024.982
Suprimento Energia	9.638	5.083
Serviços prestados	1.089	1.119
Total receita operacional bruta	903.085	1.031.184
Deduções à receita operacional		
ICMS	(221)	(382)
PIS	(14.805)	(16.929)
Cofins	(68.191)	(77.978)
ISS	(54)	(56)
Total das deduções à receita operacional	(83.271)	(95.345)
Receita operacional líquida	819.814	935.839

19. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza dos Gastos	Custos com Energia Elétrica Vendida	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	
					2019	2018
Energia Elétrica comprada para revenda	819.604	-	-	-	819.604	911.003
Pessoal e administradores	-	-	(1)	4.739	4.738	4.020
Benefícios pós-emprego	-	29	1	116	146	132
Incentivo a Longo prazo (ILP)	-	-	-	14	14	40
Material	-	-	-	18	18	16
Serviços de terceiro	-	3	3	2.614	2.620	2.449
Depreciação e amortização	-	2	-	42	44	35
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD)	-	-	351	-	351	143
Outras	-	-	-	632	632	703
	819.604	34	354	8.175	828.167	918.541

20. Outras receitas operacionais

Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia

A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante líquido de R\$64.514 (R\$13.003 em 2018), foi reconhecida no resultado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Marcação a mercado dos contratos de vendas comercialização de energia	67.734	15.296
Marcação a mercado dos contratos de compras comercialização de energia	(3.350)	(2.293)
Outros	130	-
Total	64.514	13.003

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2019.

21. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Receita de aplicações financeiras	1.253	1.419
Juros Selic s/impostos a recuperar	75	81
Tributos S/receita financeira	(146)	(108)
Atualização financeira CCEE	1.164	1.787
Outras receitas financeiras	654	826
Total receita financeira	3.000	4.005
Encargos de dívidas - juros	(2.544)	(2.190)
Variação monetária e cambial	(1.197)	(6.558)
Marcação mercado de dívidas	443	(204)
Marcação mercado derivativos	(443)	194
Instrumentos financeiros derivativos	436	5.587
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(31)	(5)
Despesas Bancárias	(629)	(2.351)
Outras despesas financeiras	(377)	(1.544)
Total despesa financeira	(4.342)	(7.071)
Despesas financeiras líquidas	(1.342)	(3.066)

22. Lucro por quota

O lucro básico por quota no valor de R\$7,05 (R\$3,49 em 2018) foi calculado com base no resultado do exercício e a respectiva quantidade de quotas.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	36.100	17.883
Média ponderada das quotas/mil	5.119	5.119
Lucro básico por quota - R\$	7,05	3,49

23. Cobertura de Seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que sejam civilmente responsáveis pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2019	2018
Auto - Frota	23/10/2020	Até 1.110/ veículo	2	2
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2020	4.152	9	12
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	01/03/2020	75.000	6	12
			17	26

(*) Importância Segurada relativa ao mês de dezembro de 2019 e prêmio anualizado. A renovação da apólice para o exercício de 2020 encontra-se em processo.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		20.173	20.173	34.564	34.564
Clientes		115.706	115.706	105.331	105.331
		135.879	135.879	139.895	139.895
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	15.046	15.046	10.655	10.655
Instrumentos financeiros derivativos	2	2.490	2.490	1.733	1.733
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos futuros de energia	2	337.381	337.381	15.296	15.296
		354.917	354.917	27.684	27.684

	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		99.933	99.933	85.924	85.924
Empréstimos e Financiamentos		66.740	66.740	40.991	40.991
Arrendamentos operacionais		64	64	-	-
		166.737	166.737	126.915	126.915
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	813	813	760	760
Instrumentos financeiros derivativos -Contratos futuros de energia	2	259.994	259.994	2.293	2.293
		260.807	260.807	3.053	3.053

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Empresa tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Fair Value Option

A Empresa optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo semestre de 2016, para as quais a Empresa possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2019, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Empresa.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado como perda em R\$443 e (R\$205 em 2018) como ganho e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Empresa. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível na web site da Controladora) e no regimento interno da diretoria da Empresa. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a empresa.

A política de gestão de risco visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

A Empresa conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

A política de gestão de riscos visa ainda:

- Permitir transparência em relação à gestão de riscos, através de sua adequada avaliação, mensuração e reporte pronto de eventuais exposições de risco contratuais;
- Assegurar que a Empresa tenha a clara e integral compreensão de sua posição geral e seus riscos associados;
- Assegurar que sistemas, pessoal e relatórios necessários sejam disponibilizados e implantados, a fim de permitir não só a correta gestão dos riscos, como também os devidos reportes aos seus sócios, colaboradores e público externo;
- Assegurar que os retornos obtidos e almejados estejam alinhados com os riscos assumidos e com a estrutura de retorno da Empresa;
- Limitar as perdas em potencial até certo valor, dentro das tolerâncias estabelecidas pelos sócios da empresa;
- Promover a responsabilidade na execução das transações comerciais;
- Estabelecer uma divisão de responsabilidades claramente definida; e
- Promover a conformidade com as melhores práticas comerciais.

Forma de avaliação de riscos

A avaliação de riscos é realizada de modo dinâmico, buscando constante evolução e alinhada ao planejamento estratégico da Empresa. Ela atua com o objetivo de se obter a melhor relação entre os riscos assumidos e o retorno esperado, definindo limites financeiros de exposição a risco para cada tipo de transação comercial realizada.

Para a quantificação dos riscos nas operações comerciais, a Empresa utiliza métricas e indicadores como Valor em Risco (VaR), Intervalo Médio Real (ATR), testes de stress, liquidez dos produtos, dentre outros.

As métricas de risco devem ser capazes de identificar mudanças importantes no portfólio de contratos da Empresa dentro de período e intervalo de confiança previamente definidos. Não há regras específicas para a determinação deste intervalo, e sua variação depende da aversão a risco de quem o adota.

As métricas e controles de risco são revistas periodicamente, a fim de mantê-los em conformidade para a identificação e mitigação de riscos aos quais a Empresa está exposta na realização de seus negócios.

Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de recebimentos de seus recebíveis ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da empresa. O saldo do passivo financeiro - fornecedores no montante de R\$99.933 (R\$85.924 em 2018) tem seu prazo médio de liquidação em até 25 dias.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		99.933	-	-	-	-	99.933
Empréstimos e financiamentos	5,71%	44.186	399	24.434	-	-	69.019
Instrumentos Financeiros Derivativos		(2.305)	277	351	-	-	(1.677)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Outros ⁽¹⁾		-	(28.074)	(8.546)	(12.972)	(27.794)	(77.387)
Total		141.814	(27.398)	16.239	(12.972)	(27.794)	89.888

⁽¹⁾ A cobertura de exposições na carteira da Empresa dependerá da liquidez do mercado no momento em que tal decisão foi tomada. Para que a gestão de tal risco seja realizada de modo a evitar esse tipo de exposição, considera-se o limite máximo de exposição em volume (MWh)

para cada produto do portfólio, considerando sua liquidez no mercado para a compra ou venda, desde que não exerça impacto significativo no preço de mercado.

Risco de solvência

Tal risco ocorre em função do desequilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, além de descasamentos entre as datas de pagamentos e recebimentos que venham a afetar a disponibilidade do caixa da Empresa.

A gestão do risco de solvência é realizada com base em reportes e projeções diários do fluxo de caixa da Empresa, visando a manutenção de uma reserva mínima, levando em consideração potenciais variações nas curvas de mercado, bem como eventuais retenções financeiras.

A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Riscos de contraparte

São riscos originados no relacionamento da Empresa com suas contrapartes. No caso de um vendedor não entregar energia, ou de um comprador não honrar seus compromissos com a Empresa, esta pode vir a perceber impactos financeiros.

A utilização de uma classificação de crédito para as contrapartes é uma ferramenta importante no gerenciamento desse tipo de riscos, essa é baseada tanto em agências de crédito quanto em métricas desenvolvidas internamente, além da exigência de garantias de acordo com a classificação e capacidade de liquidez da contraparte.

A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados aos bancos, efetuando seus aportes de recursos em instituições financeiras de primeira linha. Com relação às contrapartes, a Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise criteriosa, considerando o ambiente econômico atual e vínculo de liquidação no CCEE.

Riscos legais e regulatórios

São riscos relacionados à criação ou mudança de regras e legislação vigentes no setor elétrico, podendo mesmo ser enquadrados como não gerenciáveis. A mitigação, porém, é possível, através do acompanhamento e antecipação de alterações, através de contatos profissionais, participação em grupos técnicos de entidades e associações, acompanhamento das notícias do setor e de sites de interesse, como os da ANEEL, MME, CCEE, EPE, entre outros, e entendimento de seus impactos nos negócios da Empresa.

Riscos de operação do sistema

Riscos originados de alterações na política operativa do Sistema Interligado Nacional como, por exemplo, geração térmica fora da ordem de mérito, alterações de capacidades de intercâmbios entre subsistemas etc. Tais riscos podem resultar em alterações de preços sensíveis ao negócio da Empresa.

Sua mitigação é feita através do acompanhamento de dados operativos e reportes sobre as condições operativas definidas e praticadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), bem como via contato com os principais agentes do mercado.

Riscos operacionais

A capacidade da Empresa de atuar conforme expectativas de seus clientes, de reter e atrair novos clientes, de gerenciar devidamente seus processos, de sua infraestrutura tecnológica influi no negócio da Empresa, e os riscos decorrentes de cada ponto listado devem ser conhecidos, monitorados e mitigados pela Empresa.

Riscos estratégicos

A capacidade da empresa de atuar em conformidade com seu perfil de risco e sua estratégia, de reagir à atuação da concorrência, da manutenção de sua imagem, e ainda a própria definição da estratégia de negócio são fatores vitais ao negócio da Empresa, e devem ser conhecidos, monitorados e controlados por todos seus colaboradores conforme a área de atuação de cada um.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Os créditos com clientes, não trazem riscos, pois são garantidos por carta de fiança.

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

O empréstimo e financiamento em moeda estrangeira, apresentados na nota explicativa nº 12, é composto de financiamentos obtidos junto ao Santander. A taxa de juros é definida por este agente, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Empresa está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Empresa é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício em 2019 com alta de 3,85% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$4,0301 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2019 era de 10,37%, enquanto em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Empresa, em 2019, de R\$66.740 (R\$40.991 em 2018), R\$66.740 (R\$40.991 em 2018), estão representados em dólares, conforme nota explicativa nº 12. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhados abaixo.

Os empréstimos em moedas estrangeiras têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em setembro de 2022) e custo máximo de 4,5883% ao ano mais variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2019 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2019	2018
Ativo circulante	2.490	654
Ativo não circulante	77.387	17.029
Passivo circulante	462	760
Passivo não circulante	351	2.293

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “hedge” e não reflete a expectativa da Administração.

A Empresa possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Santander	10.459	VC + 5,53%	CDI + 1,35%	22/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bocom BBM	6.081	(LIBOR + 0,56%) x 133,33%	CDI + 0,59%	19/09/2022	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Empresa, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2019	2018		2019	2018
Dívida designada para “Fair Value Option”	65.000	40.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(66.732)	(40.973)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	66.732	40.973
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)			Taxa de Juros CDI	(65.055)	(40.000)
	65.000	40.000	Posição Líquida Swap	1.677	973
			Posição Líquida Dívida + Swap	(65.055)	(40.000)

O valor justo dos derivativos efetuados em 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Empresa não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MM) das operações da Empresa foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MTM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 2019, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(65.000)		(63.360)	(79.634)	(95.907)
Variação Dívida	-		1.640	(14.634)	(30.907)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	66.732		65.092	81.366	97.639
Variação - Taxa de Juros	-	Alta US\$	(1.640)	14.634	30.907
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(65.055)		(65.055)	(65.055)	(65.055)
Variação - CDI + TJLP	-		-	-	-
Subtotal	1.677		37	16.311	32.584
Total Líquido	(63.323)		(63.323)	(63.323)	(63.323)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 2019, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$63.323, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$63.323 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2019 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 5,96% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	34.374	Alta CDI	1.437	1.796	2.156
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(65.055)	Alta CDI	(2.719)	(3.399)	(4.079)
Subtotal ⁽²⁾	(65.055)		(2.719)	(3.399)	(4.079)
Total - (Perdas)	(30.681)		(1.282)	(1.603)	(1.923)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2020 (4,18% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2019.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.685.

c) Variação da curva de preço de energia

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais mudanças no patamar de 25% e 50% indicando a deterioração na situação financeira da Empresa mediante o incremento na Curva Forward, sobre a parcela dos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica afetada, após o impacto da marcação a mercado. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro antes dos tributos é afetado pelos contratos futuros de compra e venda de energia elétrica sujeitos a volatilidade da curva futura de energia, conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(259.994)	Alta PLD	18.541	23.176	28.812
Contratos futuros de energia - Venda	337.381		(22.291)	(27.864)	(33.437)
Total Líquido - Cenário Alta PLD	77.387		(3.750)	(4.688)	(5.625)

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros:					
Contratos futuros de energia - Compra	(259.994)	Baixa PLD	(18.805)	(23.506)	(28.208)
Contratos futuros de energia - Venda	337.381		19.615	24.519	29.423
Total Líquido - Cenário Baixa PLD	77.387		810	1.013	1.215
Total			(2.940)	(3.675)	(4.410)

25. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2019 o plano possuía 6 (5 em 2018) participantes ativos e nenhum assistido ou pensionista.

Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33.

A Empresa reconheceu como despesa referente aos planos o montante de R\$147 (R\$117 em 2018).

Prêmio aposentadoria

A Empresa em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$52 (R\$63 em 2018) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$42 (R\$31 em 2018) e no não circulante R\$10 (R\$22 em 2018).

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

Reconciliação	2019	2018
Posição líquida em 2018 e 2017	63	62
Benefícios pagos		
Juros sobre obrigação atuarial	6	6
Curso do serviço corrente	25	34
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(42)	(39)
Posição líquida em 2019 e 2018	52	63
Circulante	42	31
Não Circulante	10	22

Demonstração das despesas para os exercícios de 2020, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2020
Custo do serviço corrente	39
Juros sobre as obrigações atuariais	3
Valor das obrigações calculadas no final do ano	42

Plano de saúde

A Empresa mantém benefício pós emprego e Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Empresa correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos ativos, aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares -VCMH.

A saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2019 é de R\$121 (R\$228 em 2018), tendo sido apurado no exercício de 2019 o montante de R\$32 (R\$42 em 2018) dos quais R\$11 (R\$33 em 2018) foi registrado na rubrica entidade de previdência privada - despesa de pessoal, R\$21 (R\$9 em 2018) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de, R\$106 (R\$122 em

2018) referente aos ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Empresa participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS (Sul América). No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano conforme legislação, desde que assumam a totalidade do custeio. No exercício de 2019 as despesas com o plano de saúde foram de R\$228 (R\$252 em 2018). Inclui R\$11 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	2019	2018
Valor presente das obrigações no início do ano	228	-
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	11	33
Juros sobre obrigação atuarial	21	9
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	(139)	186
Valor das obrigações calculadas no final do ano	121	228
Circulante	14	32
Não circulante	107	196

Demonstração das despesas para os exercícios de 2020, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2020
Custo do serviço corrente (com juros)	5
Juros sobre as obrigações atuariais	9
Valor das obrigações calculadas no final do ano	14

26. Compromissos

A Empresa possui os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

Contrato de venda energia					
Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
2020 a 2054	715.562	239.385	150.475	94.942	143.776

A Empresa possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia para revenda, como segue:

Contrato de compra energia					
Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
2020 a 2054	624.357	221.458	118.831	134.529	479.221

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2019 e foram homologados pela ANEEL.

27. Evento subsequente

27.1. Risco do COVID-19

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus Covid-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global. Não foram observadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras interrupção relevante nas comunidades e atividades econômicas nas principais áreas onde a Companhia atua. Embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos do vírus Covid-19, a Administração entende que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócio e a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações



financeiras de 31 de dezembro de 2019. A Companhia espera que as providências tomadas pelas autoridades sanitárias e de saúde sejam suficientes para reter a expansão do vírus no âmbito regional e global.



Diretoria Executiva

Mauricio Perez Botelho
Administrador

Alexandre Nogueira Ferreira
Administrador

Geraldo César Mota - Administrador
Administrador

Cristian Theodoro Nogueira
Administrador

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Administradores da
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC - 1RJ 101.080/O-0